

RECURSO ESPECIAL Nº 1.778.798 - SP (2018/0295292-7)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : LUCIANO ALVES DE ABREU
RECORRENTE : ROSIMEIRE SEQUEIRA DOS SANTOS
RECORRENTE : DANIEL LOPES
RECORRENTE : MONICA ROQUE ALEIXO SANTOS
RECORRENTE : MARCIO DE MELO SANTOS
RECORRENTE : JOSE APARECIDO DOS SANTOS
RECORRENTE : JOSE MORALES
RECORRENTE : APARECIDO ROBERTO ALEXANDRE
RECORRENTE : LARISSA CRISTINA GARCIA VOGEL
RECORRENTE : RENATO MOREIRA DA SILVA
ADVOGADOS : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720
WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006
RECORRIDO : ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
PROCURADOR : MARCOS PRADO LEME FERREIRA E OUTRO(S) - SP226359

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. DIREITO RECONHECIDO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PARCELAS PRETÉRITAS. AÇÃO DE COBRANÇA. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA.

1. O termo inicial dos juros de mora, na ação de cobrança de parcelas pretéritas à impetração do mandado de segurança, é a data da notificação da autoridade coatora no *writ*. Precedentes.
2. Recurso especial a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator